

P.B. 9

06 SET 1994

data ____/____/____

Adversários recorrem à Justiça contra o tucano

BRASÍLIA — A conversa indiscreta entre o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo, captada pelas antenas parabólicas na noite de quinta-feira, provocou uma corrida dos candidatos presidenciais à Justiça Eleitoral, contra o líder das pesquisas, o tucano Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Depois de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e a CUT, que entraram com ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o fim de semana, ontem foi a vez de os candidatos Leonel Brizola (PDT) e Orestes Quêrcia (PMDB) encaminharem representações contra a candidatura tucana, pela confissão de Ricupero de que o Governo vem ajudando Fernando Henrique.

A representação de Quêrcia foi acolhida ainda na tarde de ontem pelo corregedor da Justiça Eleitoral, Cid Flaquer Scartezzini, que mandou notificar Fernando Henrique e Ricupero para que apresentem defesa nos próximos cinco dias, respondendo às acusações. Scartezzini evitou dar declarações sobre o caso, mas disse que a Justiça vai cumprir a lei, caso seja verificado o uso da máquina federal. "A lei foi feita para ser cumprida e não

para servir de adorno", lembrou.

Quêrcia pediu a abertura de investigação judicial para apurar o uso indevido e o desvio do poder de autoridade de Ricupero em benefício de Cardoso. "O ex-ministro admitiu que sua atuação no Ministério da Fazenda, como condutor da equipe econômica incumbida da implantação do Plano Real, esteve de fato voltada até agora para beneficiá-lo (Fernando Henrique)", sustentam os advogados de Quêrcia. Segundo Arnaldo Malheiros e Sérgio Carvalho, advogados do candidato peemedebista, Ricupero "desnudou a atitude do Governo de usar todo o poderio político que dispõe para impulsionar a candidatura que representa a continuidade do atual sistema de poder".

Já os advogados de Brizola pediram que seja instaurado processo criminal contra Ricupero, punindo-o com o que está estabelecido pelo artigo 346 do Código Eleitoral — pena de até seis meses de detenção e pagamento de 30 a 60 salários mínimos. Brizola quer ainda que seja monitorada pelo TSE toda a programação da Rede Globo até a conclusão do processo eleitoral, bem como a suspensão da sua transmissão por um dia.